



Evento:XXX Jornada de Pesquisa

## **CAPITAL CULTURAL DIGITAL E EQUIDADE ESCOLAR: O PAPEL DO PENSAMENTO *DESPLUGADO* NA EDUCAÇÃO INFANTIL<sup>1</sup>**

**Maria Eloisa Müller Borgmann<sup>2</sup>, Fernando Jaime González<sup>3</sup>,**

<sup>1</sup> Este trabalho é parte de estudos realizados no Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências PPGEC/UNIJUÍ.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação nas Ciências (UNIJUÍ), Professora da Rede Municipal de Ensino de Augusto Pestana, Membro do Grupo de Estudos Infâncias Brasileiras: temas emergentes e desafios à formação e à educação/UNIJUÍ. E-mail: maria.borgmann@sou.unijui.edu.br

<sup>3</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Unijuí. E-mail: ffg@unijui.edu.br

### **INTRODUÇÃO**

A inserção massiva das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) no cotidiano reconfigurou as dinâmicas sociais e, conseqüentemente, as experiências de aprendizagem na primeira infância. Atenta a essa transformação, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece o desenvolvimento do Pensamento Computacional como uma competência essencial, alinhando a educação brasileira às exigências contemporâneas e ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4), que visa uma educação equitativa e de qualidade para todos.

Para compreender as desigualdades que emergem neste cenário, este estudo mobiliza o conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (1987), transpondo-o para o universo digital. Define-se, assim, o capital cultural digital como o conjunto de recursos que uma família possui, manifestado tanto em sua forma objetivada (a posse de dispositivos tecnológicos) quanto, e de modo mais decisivo, em sua forma incorporada (os saberes e competências dos pais para utilizar as ferramentas digitais, assim como para mediar criticamente o uso delas).

É no seio da família, enquanto matriz primária de socialização, que este capital é transmitido e transformado em práticas concretas. De modo análogo ao que ocorre com o letramento tradicional, as práticas familiares em torno do digital moldam as primeiras interações da criança com este universo. É neste ponto que a contribuição de Bernard Lahire (2002) se torna crucial, pois ele nos permite analisar como essas práticas socializadoras formam disposições sociais duradouras. Crianças de famílias com maior capital cultural digital tendem a desenvolver disposições que as levam a ver a tecnologia como uma ferramenta de criação e



aprendizado, enquanto outras podem ser socializadas a percebê-la predominantemente como fonte de entretenimento passivo (Lahire, 2019).

Essa clivagem *disposicional*, originada nas desigualdades de capital, representa um dos maiores desafios à equidade educacional. Diante deste cenário, o complemento de Computação da BNCC (BRASIL, 2022) oferece uma resposta pedagógica estratégica: a ênfase em atividades *desplugadas*. Ao focar no desenvolvimento do raciocínio lógico e da resolução de problemas por meio de atividades lúdicas que independem de tecnologia, a abordagem *desplugada* busca atuar como um mecanismo de compensação. Ela busca construir as disposições cognitivas fundamentais do pensamento computacional em todas as crianças, visando mitigar o impacto das vantagens prévias conferidas pelo capital cultural digital familiar.

Este ensaio teórico se propõe, portanto, a analisar como a abordagem do pensamento computacional *desplugado*, proposta pela BNCC para a Educação Infantil, pode atuar como um mecanismo de justiça educacional para mitigar as desigualdades geradas pela distribuição desigual do capital cultural digital entre as famílias.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho constitui-se como um ensaio teórico de abordagem qualitativa, fundamentado em pesquisa bibliográfica e documental. A estrutura analítica é construída a partir de uma articulação conceitual entre a sociologia de Pierre Bourdieu e a de Bernard Lahire. De Bourdieu (1987), mobiliza-se o conceito de capital cultural para diagnosticar a estrutura das desigualdades no acesso e uso de tecnologias. De Lahire (2002, 2019), utiliza-se a noção de disposições para compreender como essas desigualdades estruturais se manifestam em práticas, saberes e mentalidades no âmbito familiar.

O corpus documental que serve como objeto de análise é composto pelas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com foco no seu complemento sobre Computação na Educação Infantil (BRASIL, 2022), e pelo documento da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) referente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

A estratégia de análise, que orientou a subsequente apresentação e discussão dos resultados, organiza-se em três momentos argumentativos:



- Diagnóstico Sociológico da Desigualdade: Articulação dos conceitos de capital cultural digital (Bourdieu) e disposições familiares (Lahire) para caracterizar o problema da equidade educacional no contexto da primeira infância digital.
- Análise da Resposta Pedagógica Institucional: Exame crítico da abordagem do pensamento computacional *desplugado*, conforme apresentada pela BNCC, interpretando-a como uma política curricular que visa responder ao diagnóstico sociológico anterior.
- Síntese Crítica sobre a Equidade: Discussão sobre os potenciais e limites da estratégia *desplugada* como mecanismo de mitigação das desigualdades de base, conectando a análise à meta mais ampla de justiça educacional preconizada pelo ODS 4.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise das desigualdades educacionais na era digital exige ir além da mera constatação da exclusão material. Com base em Bourdieu (1987), propomos o conceito de capital cultural digital, cuja distribuição desigual é um fator primário na reprodução de clivagens sociais. Este capital não se resume à sua forma objetivada – a posse de dispositivos e conectividade –, mas se expressa de modo mais potente em sua forma incorporada: o conjunto de saberes, competências e familiaridade que permite às famílias mediar o uso da tecnologia de maneira educativa.

É no contexto familiar que esse capital se converte em práticas e, como aponta Lahire (2019), molda as disposições das crianças. Famílias com elevado capital cultural digital tendem a promover interações que posicionam a tecnologia como ferramenta de pesquisa, criação e resolução de problemas. Em contrapartida, em contextos onde esse capital é escasso, o uso de dispositivos digitais frequentemente se restringe ao entretenimento ou ao consumo passivo de conteúdo. Forma-se, assim, uma desigualdade disposicional precoce: algumas crianças são socializadas para serem produtoras e cidadãs críticas no mundo digital, enquanto outras são direcionadas a um papel de meras consumidoras. Esta disparidade inicial impacta diretamente as trajetórias de aprendizagem e a relação futura da criança com o conhecimento.

Diante do diagnóstico de que o capital cultural familiar gera disposições desiguais, a escola é interpelada a atuar como uma instituição de justiça educacional. A resposta da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2022), ao propor o desenvolvimento do Pensamento



Computacional mediante atividades *desplugadas*, pode ser interpretada como uma estratégia pedagógica que visa, precisamente, construir um contraponto a essa lógica reprodutora.

A potencialidade da abordagem *desplugada* reside em sua capacidade de dissociar o desenvolvimento de competências cognitivas essenciais da posse de capital cultural digital objetivado. Ao focar no núcleo do pensamento computacional – o reconhecimento de padrões, a decomposição de problemas, o pensamento algorítmico e a abstração – por meio de jogos, brincadeiras e materiais concretos e acessíveis, a BNCC oferece uma via para democratizar o acesso a essas habilidades. Atividades como criar sequências lógicas com blocos coloridos, elaborar algoritmos para organizar a sala de aula ou decompor uma tarefa complexa em passos simples permitem que todas as crianças, independentemente de sua vivência tecnológica familiar, desenvolvam as disposições mentais que fundamentam a literacia digital.

A implementação de práticas *desplugadas* alinha-se diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ONU, 2015), que defende uma educação inclusiva e equitativa. O potencial dessa abordagem é imenso: ao oferecer um ponto de partida comum, ela mitiga o impacto das vantagens competitivas geradas pelo capital familiar, promovendo a equidade. Ademais, respeita o desenvolvimento da criança pequena ao valorizar o lúdico e o concreto, evitando a exposição precoce e excessiva a telas, conforme recomendado pela American Academy of Pediatrics.

Contudo, é importante reconhecer que a efetividade dessa estratégia depende fortemente da formação docente e de políticas públicas consistentes. Sem esse suporte, a proposta pode perder força, mas, ainda assim, o pensamento computacional *desplugado* se apresenta como uma ferramenta pedagógica significativa para ampliar a justiça educacional na primeira infância digital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico buscou analisar como o pensamento computacional *desplugado* pode atuar como mecanismo de justiça educacional na Educação Infantil. A análise, fundamentada na articulação entre a sociologia de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, evidenciou que a abordagem proposta pela BNCC representa uma resposta pedagógica consistente e estrategicamente orientada para a mitigação das desigualdades oriundas da distribuição desigual do capital cultural digital entre as famílias.





O percurso argumentativo demonstrou que a desigualdade digital na primeira infância não se limita à posse de equipamentos (capital objetivado), mas se aprofunda nos saberes e práticas familiares (capital incorporado) que moldam disposições desiguais nas crianças. A proposta *desplugada*, ao desvincular o desenvolvimento de competências cognitivas fundamentais da necessidade de recursos tecnológicos, atua precisamente sobre essa clivagem, oferecendo um ponto de partida pedagógico mais equânime e alinhado aos pressupostos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

Contudo, o estudo também aponta que o potencial de equidade desta abordagem não é automático. Sua efetivação como política de justiça educacional depende, de forma inegociável, de investimentos consistentes na formação continuada de professores. É preciso capacitar os educadores para compreenderem o profundo propósito social da estratégia, para além da mera aplicação de atividades lúdicas.

Em síntese, o pensamento computacional *desplugado* emerge não só como uma metodologia inovadora, mas como uma ação política e pedagógica deliberada. Ele reconhece as desigualdades de base e posiciona a escola pública como um espaço ativo e indispensável na construção de um futuro digital mais inclusivo e justo para todas as crianças.

**Palavras-chave:** Equidade Educacional. Disposições Familiares. BNCC. Pensamento Computacional *Desplugado*. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – Complemento Computação na Educação Infantil*. Brasília, 2022.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

LAHIRE, B. *O homem plural: os determinantes da ação*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

LAHIRE, Bernard (dir.). *Enfances de classe. De l'inégalité parmi les enfants*. Paris : Éd. du Seuil, 2019, 1232 p.

AMERICAN ACADEMY OF PEDIATRICS. Council on Communications and Media. *Media and young minds*. Pediatrics, v. 138, n. 5, e20162591, 2016. DOI: 10.1542/peds.2016-2591. Disponível em: <https://doi.org/10.1542/peds.2016-2591>. Acesso em: 22 ago. 2025.